ENTRE O PÚBLICO E O PARTICULAR: A ANPPOM NA DISCUSSÃO DE CAMINHOS (PROFISSIONAIS) NA ÁREA DE MÚSICA

Angela Luhning
Universidade Federal da Bahia, angelaluhning@gmail.com

Um texto recente numa das importantes revistas de sociologia no Brasil (BALTAR; BALTAR, 2017) inicia perguntando para a provável surpresa dos seus leitores, qual seria o papel de um sociólogo numa loja de departamentos? Mesmo não trazendo aqui a resposta a esta pergunta não usual, poderíamos formular uma pergunta similar em relação a atuações de pessoas formadas pelos programas de pós-graduação em música: qual seria o papel de um educador musical na equipe gestora de uma unidade prisional, de uma (etno)musicóloga em um órgão público voltado para o análise de impactos de poluição sonora na saúde ou de um compositor que atua em uma empresa que mede a influência de músicas comerciais sobre o comportamento de pessoas na compra de bens de consumo? Estas perguntas relacionadas a atuações profissionais pós-graduadas e pós-formativas, aparentemente fora das expectativas "tradicionais" de atuação (se estas de fato forem discutidas ou definidas), podem e devem fazer parte de nossas preocupações institucionais, inclusive da ANPPOM? Seriam desnecessárias ou até uma expressão de heresia artística, ou, pelo contrário, a expressão de novos questionamentos em relação a possibilidades e necessidades de atuação e, desta forma, de reformulações de nossas atenções coletivas para com a formação em si?

Coloco estas perguntas iniciais por considerar importante que uma instituição como a ANPPOM faça avaliações e auto-reflexões periódicas para rever caminhos percorridos, analisar novas demandas, ainda mais quando se passa por marcos temporais como 30 anos de existência, o caso da ANPPOM, novos arranjos institucionais (a relação com outras associações da área de música, a maior parte criada nos últimos 10 anos) e momentos de crise ou de questionamentos políticos como as que estamos vivendo nos últimos tempos de forma muito intensa[1].

Acredito que questões como os exemplos colocados na abertura deste texto, sobre caminhos profissionais em geral, ainda não tenham feito parte de nossas reflexões, seja na área de música em geral, seja nos programas de Pós-graduação, seja na nossa associação[2]. Ao

[1] Escrevo o presente texto a partir da minha atuação de quase 30 anos em um programa de pós-graduação (PPG), como professora e orientadora, além de ter sido coordenadora, vice-coordenadora, integrante do colegiado por várias gestões e participante da ANPPOM em cerca de 10 encontros como apresentadora, responsável por GT´s, integrante de chapas ou mera participante ouvinte.

[2] Só muito recentemente tem aparecido solicitações sobre a trajetória de egressos através das exigências da plataforma Sucupira, sem que isso tivesse levado ainda a uma reflexão da parte dos PPG´s ou de seus docentes sobre os efetivos caminhos profissionais trilhados por estas pessoas enquanto sujeitos que passaram por uma formação que talvez não tenha dialogado da forma mais eficiente com os caminhos profissionais efetivamente realizados por pessoas egressas anteriormente. Acredito que,

longo do texto gostaria de mostrar porque temas como estes parecem ser importantes para serem abordados, diante de uma análise dos caminhos da ANPPOM, de outras associações e dos contextos sócio-políticos nos quais se inserem.

Quem somos ou desejamos ser?

Inicialmente a ANPPOM empenhou-se na questão da inserção da música no campo da pesquisa e do reconhecimento da existência dos poucos programas de pós-graduação, recém-criados, além da reflexão sobre a área das artes no cenário das universidades e das instâncias financiadoras e avaliadoras. Por isso, os esforços certamente se voltaram para a demonstração e análise destas questões, buscando uma constante consolidação e ampliação para ganhar mais representatividade e impacto, o que foi, de fato alcançado, por menor que nossa área continue sendo até hoje. De certa forma, parece que até o presente momento ficamos mais preocupados em comprovar a importância de nossas pesquisas e a seriedade de nossa existência periférica nas áreas de conhecimentos, tanto perante os pares nas nossas universidades, quanto perante as diversas agências governamentais, do que com um repensar mais geral de rumos ou de demandas.

Certamente estes pontos iniciais constituem uma pauta importante, e a atenção dadas a eles ao longo dos anos, sem dúvida trouxe muitos benefícios, mas, a meu ver, eles não são os únicos possíveis, e precisam de complementações na situação atual das universidades e das discussões sobre a educação, em geral, no país. Entendo que a discussão destas questões, incluindo também temas de atuação profissional, é importante para a identidade de uma associação que foi criada para representar a área de Pós-graduação em Música no Brasil. Muito mudou do contexto de sua criação até hoje, nos 30 anos de sua existência, o que traz a obrigação e a possibilidade de constantes ajustes na reflexão sobre seu perfil institucional e suas responsabilidades coletivas. Diante destas perguntas e constatações iniciais gostaria de delimitar o escopo do presente texto como reflexão sobre novas demandas e necessidades de nossa área, em geral, e de nossa associação daqui para frente, rumo ao futuro, mesmo que incerto.

Há de convir que a fase inicial passou: hoje existem 18 programas de Pós-Graduação em Música (destes, 3 de Artes) com suas características próprias, inclusive com muitas especializações internas, o que requer um repensar do conjunto ante a possibilidade de uma fragmentação que pode perder de vista a unidade. Além disso, além da questão da presença e afirmação da música/artes no contexto da pesquisa e perante os pares de outras áreas de conhecimento, existe um novo desafio em todas as áreas: as relações da pesquisa e das universidades com a sociedade, em geral, e necessidade de pensar e avaliar impactos sociais das ações empreendidas pelas universidades e seus programas de pós-graduação, em particular.

Porém, tendo observado até o presente momento uma presença ainda reduzida destas questões que poderíamos chamar também de uma auto-avaliação institucional, entendo este texto como uma provocação para iniciar ou aprofundar estas reflexões. Isso se justifica ainda mais diante das transformações galopantes no mundo do trabalho, a partir da inserção de tecnologias diversas e da inteligência artificial (HARARI, 2018), além de crescentes

---

por enquanto tenha prevalecido uma compreensão quantitativa da questão de egressos e não uma visão qualitativa.

questionamentos em relação a uma formação universitária mais tradicional, vista por muitas pessoas como supostamente desvinculada da realidade. Assim, surgem também perguntas sobre possíveis novos campos de atuação e, obviamente, sobre a relação entre campos de atuação e a formação necessária ou desejada para as instâncias envolvidas poderem preparar-se para isso.

Paradoxalmente, quanto mais o processo de formação avança, através de uma crescente especialização em cursos de pós-graduação, tanto mais distante parece ficar a discussão sobre possibilidades de atuação pós-formativa. Além disso, na área de música, em geral, tem tido pouco espaço para pensar a atuação profissional, além da ideia genérica (e portanto inoperante) de que estudantes de música serão pessoas atuantes no ramo da música, sem problematizar esta atuação no tempo/ espaço/ alcance. Por outro lado, o tema de futuras atuações profissionais parece ser um problema não apenas de música/artes, mas de muitas áreas de pós-graduação brasileira. Porém, precisa ser ressaltado que, quanto mais antigas as áreas de conhecimento e organizadas e representadas através de suas respectivas associações, tanto mais intensa tem sido a discussão de questões que envolvem as relações universidade – sociedade e formação - atuação profissional. Desta forma lanço a ideia de que possamos nos inspirar nas experiências de outras áreas e associações próximas, especialmente na área de humanas/sociais e artes, em geral, e aprender com elas. Com este propósito lanço as reflexões e análises que seguem, proposta principal deste texto.

Olhando ao redor de nossa área:

Para tentar entender as nossas especificidades, fiz um levantamento sobre outras associações científicas, quase todas mais antigas que a ANPPOM, a título de compreensão de similaridades ou diferenças. As informações aqui apresentadas não devem ser entendidas como definitivas ou conclusivas, até porque a análise mais profunda mereceria uma pesquisa própria, algo que não é possível realizar neste momento. Para melhor visualização criei uma tabela com informações básicas sobre associações na área de artes, Humanas e Ciências que se encontra em anexo e será comentada parcialmente ao longo do texto.

Observa-se que no Brasil todas as associações voltadas para a Pós-graduação foram criadas apenas após as políticas de regulamentação da mesma (o parecer 977/65 e, posteriormente, a lei 5540/1968), como continuidade de uma política de incentivo à pós-graduação no Brasil, que foi iniciada com a criação a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) a partir de 1951. Antes disso já existiram várias associações universitárias de representação de áreas, classes profissionais ou voltadas a questões mais gerais, como a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência -SBPC (1948), bem aberta na composição de seus sócios ou nos níveis de formação, ou a atual Associação Nacional de História - ANPUH (antes Associação Nacional dos Professores Universitários de História), que inseriu a Pós-graduação na própria associação, sem ter criado uma outra, voltada especificamente para a pós-graduação. Outras associações criaram caminhos de diálogo entre graduação, atuação profissional e pós-graduação, como a Sociedade Brasileira de Sociologia, fundada em 1951 (anteriormente criada em São Paulo em 1937) e a Associação Brasileira de Antropologia - ABA, fundada em 1955: ambas voltadas para abordar as atuações de sociólogos/as e antropólogos/as, respectivamente. Porém, a partir da criação da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (1977), ambas estabeleceram novos vínculos

entre si, pois a ANPOCS aglutina nos seus encontros os participantes das áreas de antropologia, sociologia e ciências políticas, mesmo existindo as associações específicas que incluem também reflexões pertinentes à pesquisa pós-graduada.

Cito estes casos da área das Ciências Humanas/ Sociais a título de exemplo para situar a ANPPOM neste contexto mais amplo de políticas institucionais de representação e também de um fortalecimento dos PPG´s nelas reunidas. Na área das Artes, a ANPPOM foi precedida pela fundação da ANPAP em 1988, que foi criada não como associação de Pós-graduação, mas de pesquisadores da área de artes, o que imprime um perfil diferente a ela[3]. Algo parecido se deu no caso da ABEM, Associação Brasileira de Educação Musical que não tem uma ênfase na pós-graduação, mas em professores e pesquisadores, em geral. Aliás, certamente cada uma destas associações tem perfis diferentes, embora seja difícil entendê-las plenamente, sem participar ativamente delas. Porém, parece importante ressaltar a diferença básica nos perfis entre associações: umas com um escopo mais amplo e uma abertura maior em relação aos seus possíveis sócios, incluindo professores e estudantes da graduação ou até do ensino médio, artistas ou pessoas da sociedade civil, e outras específicas da área da Pós-graduação, questão que retomarei mais tarde. Detalhes desta discussão ficam perceptíveis através da tabela criada, mostrando os perfis de várias associações.

Porque citei estes exemplos: acredito que as experiências destas associações podem oferecer alguns pontos de reflexão e por isso gostaria de apresentar algumas características de suas atuações e preocupações. Algumas destas associações buscaram parcerias com Associações internacionais com propósitos parecidos ou, então, com as revistas por estas publicadas, desta forma cuidando de questões concernentes às suas propostas de atuação como pode ser verificado em seus respectivos sites. Por final, no caminho constitutivo destas associações também fica perceptível que algumas delas passaram por processos de desdobramento ou complementação[4], como o caso da área de história, onde ocorreu em 1994 a criação da Associação Brasileira de História Oral, também de caráter bem aberto, em relação aos seus propósitos.

Em geral, todas as associações citadas até agora estão voltados para reflexões sobre a produção de conhecimentos na sua respectiva área, circulação de experiências didáticas, a apresentação de temas concernentes a cada uma delas, políticas específicas para a área, mas também a análise dos processos de formação e assimetrias na formação em si e entre cursos e regiões são recorrentes na área das ciências humanas no Brasil e em suas associações ou veículos de publicação, além da reflexão sobre a atuação profissional e o acompanhamento de egressos. Isso tem gerado em várias delas materiais fartos. A título de exemplo gostaria de mencionar a ABA e publicações chanceladas por ela, a ANPOCS, a Revista Brasileira de Sociologia ou a ANPUH que organiza fóruns temáticos regulares sobre questões diversas, bem como a ANPED ou a ANPOF. Esta última criou uma subseção na associação que aborda em especial a presença da filosofia no ensino médio e para isso inclui professores e alunos de segundo grau. Os materiais resultantes destas preocupações, desenvolvidos nos últimos 15 a 20 anos, estão disponíveis em formato digital e em parte também impresso, e constituem hoje

[3] Ressalto que há poucas informações sobre a trajetória da associação no site e não tive oportunidade de buscar informações mais precisas com integrantes da associação para tirar minhas dúvidas.

[4] É importante ressaltar que não tenho pretensão de fazer um levantamento completo das associações existentes na área de artes, tendo incluído aqui aquelas mencionadas por colegas com certa frequência, usando como critério a existência de um site com dados das respectivas associações, além de estar ativa.

uma bibliografia considerável. Alguns dos títulos sugestivos de livros e artigos são: *Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil* (MARTINS, 2007); *Antropologia para quê? O campo de atuação profissional na virada do milênio* (FONSECA, 2004); *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras* (GROSSI, TASSINARI, RIAL, 2006) ou, então, *Antropologia extra-muros. Novas responsabilidades sociais e políticos dos antropólogos* (SILVA, 2008). Mesmo na área de música/artes fora do Brasil encontram-se várias publicações (DAVIS, 1992), mas o tema começou a ser inserido na área de música no Brasil até agora apenas de forma tímida e isolada. Assim, pode ser constatado que trata-se de um problema específico na área de artes, com ênfase em música, tanto na graduação, quanto na Pós-graduação.

Chama atenção que parte destas discussões e publicações recentes sobre as temáticas mencionadas tem se dado num contexto que completa as áreas das respectivas atuações com a adjetivo public/ público, assim criando um novo conceito, ainda pouco presente no Brasil: muitos destes textos ocorrem na área de public history/ sociology/ antropology/ musicology. O mesmo ocorre, mesmo que de forma mais recente, em português com o termo equivalente: história (MAUAD; ALMEIDA; SANTIAGO, 2016), sociologia (BRAGA, 2005; SCHWARTZMAN, 2005) e antropologia publica (ou então: de interesse público) (LIMA; BELTRÃO; LOBO; CASTILHO; LACERDA, 2018) embora o conceito aparentemente ainda não tenha chegado à grande área de música, a não ser em países de língua inglesa: como as discussões sobre public (etno) musicology (MOORE, 2013).[5]

O que estas novas denominações adjetivadas apresentam em comum são as preocupações com uma maior visibilidade e inserção das ações nos respectivos países, o que faz diversas associações ou profissionais a elas ligados lançarem estes termos e refletirem sobre novas frentes de atuação. É óbvio que esta visibilidade não se entende como algo a ser visto apenas - peço perdão pela comparação direta com uma característica de nossa grande área: atuando como artista num palco perante o público -, mas ser visto, no sentido de ser percebido a partir de ações e diálogos efetivos que incluem as diversas formas de atuação, decorrentes de pesquisas ou não.

Se, de um lado a adjetivação poderia ser vista apenas como modismo ou como mais um elemento numa possível fragmentação das áreas, podemos entender a discussão sobre o aspecto público na nossa atuação como elemento de provocação importante, especialmente diante de uma reflexão sobre engajamento e representatividade de instâncias da área de formação pós-graduada em música como tem sido a ANPPOM. Pois, efetivamente o adjetivo "público" nas denominações dialoga com questões de visibilidade, como alguém ou algo estar sendo visto, mas, antes disso, o que esta instância faz para ser vista e percebido, ou ainda mais direto, o que ela se propõe a fazer para construir diálogos e contribuições na esfera pública de forma ativa. Antes que se diga que a música sem público não existe e que, portanto, ele automaticamente estaria envolvido nesta questão sem precisar se preocupar com isso, precisa ser ressaltada a importância de uma atuação ativa, consciente e propositiva, não apenas preocupada com **o que** se faz, mas **quem**, **com quem** ou **perante quem**, em **que local** e **por que**, questionando estas relações entre ações e pessoas de forma crítica.

[5] O texto não pretende entrar em uma discussão sobre uma crescente tendência de adjetivação de várias áreas do conhecimento, discutidas por alguns autores como a etnomusicóloga Susana Sardo.

O grande tema da visibilidade pública se vincula também com estudos sobre egressos com ênfase na sua atuação profissional, o que se deveria desdobrar em reflexões sobre a própria formação oferecida, especialmente nos cursos de formação pós-graduada e graduada. Entendo que todas estas questões têm diretamente a ver com a ANPPOM, instituição que acompanha a própria criação de programas de pós-graduação em música nos últimos 30 anos, seguindo os passos de outras associações que infelizmente não tem nenhum diálogo com a nossa área, aliás, nem as associações da área de Artes, embora os temas mencionados no início deste texto afetam a todas elas.

Assim, de um lado, podemos entender o despertar tardio da área de música para questões formativas e de atuação profissional e da visibilidade pública como simples *delay* temporal, em sincronia com a presença temporal anterior das Humanas, por estas serem mais antigas nas universidades brasileiras, portanto tratando destas questões há mais tempo. Mas, pelo outro, podemos aproveitar esta antecipação temporal, anterior a nossa área, como possibilidade de aprendermos com as experiências e reflexões já realizadas pelas áreas, bem como ajustá-las às nossas reflexões e ações. Porém, suspeito que a presença muito reduzida destas questões seja mais do que uma consequência de um lapso temporal ou decorrente da pouca idade de nossa área.

(Por que) Música é diferente?

Uma das questões que acompanha esta minha análise é uma tentativa de compreensão da seguinte pergunta: por que a área de música, incluindo seus PPG´s e a ANPPOM, parece ser tão relutante na abordagem de questões que buscam a compreensão de contextos (extra) musicais, indo além das questões muitas vezes bastante específicas? Por que continuamos nos preocupando mais com a obra, a técnica, o fenômeno, seu criador e tão pouco com as pessoas que dialogam com esta obra ou com as práticas musicais de forma mais geral? Por que temos tantas dificuldades para falar sobre atuações profissionais pós-formativas? Seria um problema próprio das artes ou específico de música? Além disso, por que possíveis discussões sobre estes temas envolvendo diálogos, o lugar e o impacto do nosso fazer, ainda estão tão pouco presentes nas discussões da ANPPOM? Seria porque somos poucos ainda, comparado com outras associações ou áreas, por que somos diversos ou porque não sabemos lidar com a diversidade em prol de preocupações coletivas? Em que ponto outras associações tematicamente próximas, que abordam estas questões, seriam diferentes?

Esta última constatação leva a uma questão que é importante abordar: levanto a hipótese de que associações mais antigas conseguiram ampliar ao longo dos anos após sua criação sua interlocução com públicos diversos, antes de se criaram associações específicas de pós-graduação nas mesmas áreas ou, então, inserir a Pós, nestas associações. Desta forma conseguiram definir suas frentes de ação, consolidando-as e empenhando-se em causas diversas e amplas, tais como: acesso à educação, ensino de história nas escolas, divulgação científica, papel da arte, entre outros, o que levou a uma amplitude enorme de pautas, seguidas posteriormente pelas associações específicas.

De certa forma a área de música parece ter feito o caminho inverso de várias outras áreas: ela começou com uma associação na área da pós[6], iniciando com uma base muito

[6] Só recentemente surgiram outras associações que buscaram uma inserção mais ampla, mesmo que específicas, mas são tão recentes que os diálogos ainda não se construíram e os campos de força não se

reduzida de sócios e programas afiliados que, mesmo tendo expandido, ainda é relativamente pequena, além de flutuante, voltada para a pesquisa na área de música na Pós-graduação, o que limitou o número de possíveis integrantes, apesar do incontestável aumento do número de programas ao longo dos anos, hoje 18. Este detalhe parece crucial para entender uma questão fundamental: a grande rotatividade de sócios, uma vez que continua havendo um número relativamente limitado de profissionais ligados a programas de pós-graduação, e um número maior, mas transitório, de estudantes de pós-graduação que atuam com pesquisas muitas vezes também de forma eventual, apenas como item obrigatório da formação.

Esta questão foi abordada detalhadamente por Renato Borges na sua tese (2019): Segundo sua análise, o altíssimo grau de rotatividade entre os participantes dos encontros ano a ano, e o alto número de sócios/as que não frequentam mais os encontros e/ou estão inadimplentes faz com que não haja um corpo integrante mais estável, o que se explica, em parte pela sua natureza, ser da Pós-graduação, condição pela qual as pessoas passam, mas não ficam, porque se formam. A única exceção nesta equação seriam as pessoas ligadas aos respectivos corpos docentes dos programas, mas mesmo estes passam periodicamente por reestruturações e mudanças. Mas, com o aumento do número de programas, além das pessoas pós-graduadas que atuam na graduação ou em áreas afins, poderia supor-se que haveria um número expressivo de pessoas que anualmente poderiam participar com seus/suas alunos/as nos eventos, apresentando suas pesquisas. Mas isso efetivamente acontece?

Analisando algumas publicações realizadas pela própria associação, percebe-se que foi iniciado um processo de reflexão sobre a trajetória desde o momento dos seus 20 anos de existência, em textos nos quais se discute o processo constitutivo da associação, importante para a memória, mas precisando de complementações. Igualmente há várias publicações que analisam o papel da pesquisa na trajetória da ANPPOM, incluindo o trabalho hercúleo de Tomás (2015) para apresentar as distribuições dos trabalhos apresentados por sub-áreas, representatividade por região/estado, temáticas gerais, além dos todos os resumos dos trabalhos apresentados ao longo da trajetória nas diversas subáreas. Mas, para as reflexões aqui desenvolvidas seria importante dispor de um outro dado que a difícil situação documental da pesquisa de Tomás talvez não tenha permitido levantar: qual seria a porcentagem de autores discentes e docentes, o que traria questões importantes em relação a um cruzamento de dados entre pessoas mais "permamentes" e mais "flutuantes" nas atividades realizadas ao longo dos anos. Estes dados nos permitiriam, por exemplo, analisar com mais atenção, quais os caminhos pós formativos trilhados pelos autores, já que pela observação dos eventos ao longo dos anos, o número de apresentadores/as discentes parece ser muito maior do que de docentes, fato que representa no meio da flutuação uma constância.

Este ponto leva ao ponto central de minhas reflexões: qual seria de fato o lugar da pesquisa na nossa área, tanto entre docentes quanto discentes e em quais âmbitos? Muitas vezes associamos a pesquisa apenas a Pós-graduação, além de vê-la de forma dissociada de outras formas de atuação, artística e didática e não a entendemos como inerente à prática universitária em todos os níveis, algo discutido há anos por autores preocupados com a questão da educação científica (DEMO, 2014, MOURA, 2012), que deveria estar presente

---

estabeleceram com precisão. Uma exceção neste quadro é a ABEM, desde o início buscando o diálogo com professores de educação musical, tendo ampliado a sua base de forma extraordinária, e a ABET que, pelo fato da etnomusicologia enquanto área formativa existir apenas em nível de pós-graduação, a princípio atrai mais pessoas com vinculação com a Pós, embora não exclua outras pessoas.

desde a graduação, e ser iniciada nas escolas, bem como a questão da divulgação científica (VIEIRA, 2006). Luciana Del Ben, em pesquisa recente, já tinha constatado que o interesse por pesquisa após a conclusão do doutorado em música cai vertiginosamente, embora não tenha conseguido achar explicações únicas para este quadro (DELBEN, 2018), desta forma constatando uma relação complicada entre a formação pós-graduada com a pesquisa enquanto ato de produção de conhecimento.

Uma possível explicação pode ser o que Jorge Antunes, membro fundador da ANPPOM traz: ele desconfia que as pessoas na sua época, quando um doutorado não era um sinônimo para uma possível progressão funcional ou feito na expectativa de um acréscimo salarial, era feita porque a pessoa tinha uma ideia na cabeça, um projeto de pesquisa com hipóteses (ANTUNES, 2019, p.41) a testar, enquanto hoje as motivações seriam de interesse muito mais particular. Diante das reflexões destes vários autores, gostaria de lançar uma outra hipótese: a pesquisa enquanto expressão de descoberta libertadora e possibilidade de reflexão crítica e inovadora instalou-se na nossa área de forma apenas muito incipiente. É só olharmos para a relação entre o número de doutores/as atualmente presentes nos nossos departamentos, que aumentou exponencialmente nos últimos anos, e compará-lo com o número de pesquisas realizadas por estas mesmas pessoas: a proporção é muito baixa e poderia/ deveria ser muito mais alta. Devo ressaltar que não entendo pesquisa e prática artística como antagônicas, mas como complementares: certamente haverá sempre algumas pessoas mais voltadas para atuações vistas como mais "teóricas" e outras mais "práticas", mas no meio destes polos deveria existir um número muito maior, atuando no diálogo entre os dois campos entrelaçados. Pois, a pesquisa não é uma finalidade em si, tampouco a performance, ambas deveriam dialogar com seus entornos, gerando desdobramentos.

Isso leva a um outro quadro bastante preocupante: a final, quem produz os materiais didáticos ou bibliográficos usados nas nossas aulas na graduação e na pós-graduação? Este material não poderia e até deveria ser produzido pelos docentes, em especial pelos doutores que passaram durante a sua formação pela experiência da pesquisa, desta forma diversificando e aprofundando materiais disponíveis para o estudo e o ensino de música no Brasil? Tomás, no já citado livro (2015) discute longamente a tendência e vocação de pesquisadores brasileiros/as que apresentaram nos encontros da ANPPOM temáticas brasileiros nas suas pesquisas, desta forma ampliando o leque de temas. Mas, mesmo assim, estas pesquisas, em geral, ainda não se transformaram em materiais ou métodos disponíveis para um público maior, incluindo a graduação, salve raras exceções. Pois, ao olhar as prateleiras de nossas bibliotecas encontramos muitos, se não mais, livros com métodos estrangeiros em inglês ou outras línguas do que livros em português, que abordem repertórios ou práticas musicais brasileiras. Esta questão foi discutida recentemente por Paulo Castagna em relação ao ensino da disciplina História de música (2019), chegando a conclusões semelhantes apontando para a necessidade da atuação consciente do professor - pesquisador - autor. Questão que, obviamente, leva a uma discussão necessária sobre conteúdos, objetivos e resultados da formação ofertada e desejada pelos corpos docentes das Escolas de música no Brasil. Assim, estas constatações desdobram ainda mais a pergunta anterior: o que e quanto pesquisamos e para onde vão nossas pesquisas ou até: por que pesquisamos então? Pois, as pesquisas deveriam transformar-se também em materiais, em resultados acessíveis para o público, em geral, e para estudantes, em particular. Outros textos disponibilizados em publicações recentes da ANPPOM (LIMA; ULHÕA, 2018) analisam as políticas de avalição em relação aos próprios programas, como também o perfil dos processos seletivos, o que nos traz perguntas importantes nas entrelinhas destas análises: quem são de fato as pessoas que

ingressam e para quais caminhos futuros nossa formação deseja prepará-las, o que nos leva de volta às minhas perguntas iniciais.

Reflexão final

Como mostrei através das perguntas apresentadas ao longo do texto, que são feitas há alguns anos por outras associações e tem levado a intensas discussões, elas parecem importantes também para a ANPPOM e para cada um dos programas da área de Pós-graduação no tecido de suas universidades, em particular. Se lançarmos um olhar mais atento, podemos perceber que, aos poucos, avolumam-se textos dentro da própria associação que sugerem novas frentes de ação (LIMA, 2019), necessidades de revisitação de procedimentos na nossa área[7] e na associação, em particular, embora não tenham se tornado ainda uma ação institucional ou alcançado um impacto maior. Isso talvez aconteça porque os encontros da ANPPOM por muitas pessoas sejam vistos apenas como possibilidades de apresentação de trabalhos de pesquisa, sem um engajamento efetivo delas na associação em si que representa, em especial, os PPG´s.

Por outro lado e como agravante deve ser mencionado que a junção inicial de subáreas na ANPPOM, por motivos que não conseguiria desenvolver neste curto texto, inclusive por falta de informações precisas, passou por um processo de divisão nos últimos anos[8]. De certa forma este desmembramento poderia ser entendido como fragmentação, ainda mais em momentos de redução drástica de apoios, de ausência de políticas propositivas e de diálogos mais reduzidos e até incertos com as instâncias governamentais. Mas, este processo talvez possa ser entendido também como expressão do mesmo desejo que foi constitutivo nas associações das outras áreas próximas, como analisei ao longo do texto: a busca por diálogos com bases mais amplas, incluindo profissionais em geral, sem nenhuma vinculação com a Pós-graduação ou sem vínculo obrigatório. Mesmo que estas sub-áreas, hoje associações autônomas como a Associação Brasileira de Cognição e Artes Musicais - ABCM, Associação Brasileira de Performance Musical - ABRAPEM, Associação Brasileira de Teoria e Análise - TEMA e a Associação Brasileira de Musicologia, ABMUS, aparentemente mantenham pouco diálogo institucional com a ANPPOM, o que reduz a força coletiva que uma associação aglutinadora maior poderia ter, talvez devamos entender esta relação como algo potencialmente positivo, pois permite pensar em caminhos novos, ainda não trilhados.

Desta forma cabe apenas a nós, integrantes da ANPPOM ou de PPGS´s ligados a ela, dimensionarmos os rumos da associação e, mais do que isso, dos próprios programas de PG, pois acredito que apenas uma atuação coletiva e consciente de suas partes e particularidades, possa nos fortalecer neste período extremamente difícil para a manutenção de nossas pesquisas e atuações, a manutenção de alunos/as nos cursos, sem a certeza de bolsas e de um desinteresse de muitos/as colegas mais jovens em participar de um programa de PG. Pois, afinal, ser orientador/a dá muito trabalho e realizar pesquisas, requer interesse, desprendimento e investimento, mas também paixão. Acredito que só quem tenha esta

[7] Lembro aqui a troca de e-mails trocadas após o congresso de 2017, compiladas por Renato Borges e divulgada na lista de e-mails da ANPPOM, também disponível no site da ANPPOM.

[8] Diante deste cenário parece importante levantar se a ANPPOM não conseguiu atender os perfis das pessoas que hoje atuam em outras associações da área de música, se estas pessoas nunca se sentiram envolvidas, ou, se elas, em algum momento, afastaram-se por algum sentimento de discordância.

motivação também consiga despertar isso nos/ nas orientandas/os, desta forma justificar a própria existência da Pós, voltada para a pesquisa e a reflexão crítica sobre o fazer intelectual e artístico. Se não conseguirmos nos reunir em volta destas demandas, corremos não apenas o risco de não termos uma associação operante, mas também a garantia da continuação da própria atuação de nossos PPG´s, representada por ela.

Perante este diagnóstico crítico e até pessimista, parece-me que temos apenas um caminho possível pela frente: atender à necessidade de ampliar os assuntos tratados ao longo do texto, como inserção pública, a abertura para experiências já feitas em outras associações, a necessidade de colocar estes assuntos como pauta coletiva nos nossos encontros, além de buscar incluir, pelo menos, representantes das novas associações da área de música, criadas recentemente, e dos novos públicos alcançados por elas e desenhar com elas ações coletivas. Isso inclui o formato de nossos encontros, a escolha de temas, visando questões coletivas e visibilidades públicas e um espaço maior para discussões plenárias verdadeiramente coletivas. E para nos guiar nesta caminhada difícil gostaria de citar um trecho de um dos slides disponíveis do fórum de coordenadores da Pós-graduação da ANPUH[9]: "Para nós, a comunidade de historiadores, um docente do E(nsino)M(édio) tem o mesmo peso/ impacto que um docente da IES ou, ainda, um pesquisador bolsista, que se mantém "fora" do que tradicionalmente se compreende como mercado de trabalho"

Referências

ANTUNES, Jorge. ANPPOM faz 30 anos em 2018, mas 2022 bate à porta, In: *ANPPOM: 30 anos de criação* (edição comemorativa). LIMA, Sonia Regina Albano de; ULHOA, Martha Tupinambá de (orgs.). São Paulo: ANPPOM, 2018. p.40 -53.

BALTAR, Ronaldo; BALTAR, Cláudia Siqueira. A sociologia como profissão. *Revista Brasileira de Sociologia,* v.5, n. 10, 2017, p.259-289. http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/213

BORGES, Renato Pereira Torres. *Repertório musicológico: conceituação e aplicações contemporâneas na pesquisa em música no Brasil*. (Tese defendida no PPGMUS da UNIRIO), Rio de Janeiro, 2019.

BRAGA, Ruy, SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia pública: engajamento e crítica social em debate. *Cadernos CRH*, Salvador, vol. 22. No 56, 2009, p.223- 232. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200001

CASTAGNA, Paulo. Raízes da crise do ensino de história da música, o caso de São Paulo. In: *Perspectivas para a pesquisa e o ensino da história da música na contemporaneidade*. VERMES, Mónica; HOLLER, Marcos (Org.). São Paulo: ANPPOM, 2019, p.9-58.

DAVIS, Martha Ellen. Careers, "Alternative Careers," and the Unity between Theory and Practice in Ethnomusicology. *Ethnomusicology*, Vol. 36, No. 3, (Special Issue: Music and the Public Interest), 1992, p. 361-387.

DELBEN, Luciana; SANTIAGO, Diana Santiago; MANNIS, José Augusto; BARBOSA, Maria Luiza Santos; SILVA Filho, Thadeu de Jesus e; PIMENTEL, Maria Odília de Quadros. Perfil de egressos de programas de pós-graduação em música de três instituições brasileiras. In: *Formação*

[9] https://anpuh.org.br/images/ANPUH/Forum_de_PPGH/Feira%20de%20Santana/Comissao_Egressos_novembro_2018.pdf

profissional em música: experiências e diálogos. TOURINHO, Cristina (Org.), Junidaí/ SP, Paco, p.165 – 198.

DEMO, Pedro. Educação Científica. *Revista Brasileira de Iniciação Científica.* Vol. 1, nº 1, Maio/2014. http://itp.ifsp.edu.br/ojs/index.php/IC/article/download/10/2

FONSECA, Claudia. Antropologia para quê? O campo de atuação profissional na virada do milênio. In: *O campo da antropologia no Brasil.* (TRAJANO Filho, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.)). Rio de Janeiro: Contra Capa/ABA, 2004. http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/O_Campo_da_Antropologia_no_Brasil_-_PDF.pdf

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo, Cia das Letras, 2018.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea; CASTILHO, Sergio; LACERDA, Paula (org.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil*. Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário. Rio de Janeiro, ABA/ e-papers, 2018.

LIMA, Sonia Regina, Albano de. Reavaliando os objetivos, as ações e os congressos da ANPPOM. Anais do XXIX Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, Pelotas, 2019. http://www.anppom.com.br/congressos/index.php/29anppom/29CongrAnppom/paper/viewFile/6156/2390

MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Para onde vai a Pós Graduação em Ciências sociais no Brasil*. Bauru: EDUSC, ANPOCS, CAPES, 2005

_____. As origens [da] pós-graduação nacional (1960-1980). *Revista Brasileira de Sociologia,* v.6, n.13, 2018, p.9-26. http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/256/195

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTIAGO, Ricardo (org.) *História pública no Brasil.* Sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e Voz, 2016.

MOORE, Rebecca. A Report from the 'Field': On Public Ethnomusicology and Collaborative Professionalism". Annual Meeting of the American Anthropological Association, 2013. https://www.academia.edu/17887940/A_Report_from_the_Field_On_Public_Ethnomusicology_and_Collaborative_Professionalism

MOURA, Maria Aparecida (org.). *Educação Científica e cidadania*: abordagens teóricas e metodológicas para a formação de pesquisadores juvenis. Belo Horizonte, Proex- UFMG, 2012. https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/livro.pdf

GROSSI, Miriam Pillar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (Org.). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. (Florianópolis: ABA/ Nova Letras, 2006. http://www.abant.org.br/conteudo/livros/EnsinoDeAntropologia.pdf

SCHWARTZMAN, Simon. A sociologia como profissão pública no Brasil. *Cadernos CRH*, Salvador, vol. 22. No 56, 2009, p.271-279.

SILVA, Gláucio. *Antropologia extra-muros. Novas responsabilidade sociais e políticos dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15/ ABA, 2008. http://www.abant.org.br/conteudo/livros/Antropoliogia_extramuros.pdf

TAVARES, Fátima. De que antropologia(s) precisamos? Profissionalização e perspectivas do ensino. In: *Experiências de ensino e prática em antropologia no Brasil*. (TAVARES, Fátima; GUEDES, Simoni Lahud; CAROSO, Carlos (orgs.)). Brasília, Ícone Gráfica e Editora/ABA, 2010, p.51- 62.

TOMÁS, Lia. *A pesquisa acadêmica na área de música: um estado da arte* (1988-2013). Série ANPPOM, Pesquisa em Música, vol. 4), Porto Alegre, ANPPOM, 2015.

VIEIRA, Cássio Leite. *Pequeno manual de divulgação científica* - Dicas para cientistas e divulgadores de ciência. Rio de Janeiro: Instituto Ciência Hoje, 2006.

Sites das principais associações citadas:

ABA - Associação Brasileira de Antropologia: http://www.portal.abant.org.br/

ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical: www.abemeducaomusical.com

ABRACE - Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa em Artes Cênicas: www.portalabrace.org

ANDA – Associação Nacional de pesquisadores em Dança: http://portalanda.org.br/

ANPAP - Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas: http://www.anpap.org.br/

ANPED - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação: http://www.anped.org.br/

ANPPOM – Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Música: http://www.anppom.com.br

ANPOF - Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia: www.anpof.org

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: https://anpocs.com

ANPUH - Associação Nacional de História: https://anpuh.org.br/

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia: http://www.sbsociologia.com.br/2017/home.php

ANEXO:

Associações profissionais e de pesquisa na área de humanas/artes criadas no Brasil

Nome	**Criação**	**Perfil**	**Relação c/ pós**	**Objetivos / missão**
ABE – Associação Brasileira de Educação	1924	Educador@s, professor@s	Aberta *Ver ANPED*	Definição de Políticas educacionais
SBPC –Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência	1948	pesquisador@s, entidades, cidadãos	Aberta	Desenvolvimento educacional/cultural Divulgação científica
SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia	1950 (1937 em SP)	Sociólog@s, professor@s, profissionais	Inclui Pós *Ver ANPOCS*	Estudos e pesquisa em sociologia
ABA - Associação Brasileira de Antropologia	1955	professor@s, profissionais	Inclui Pós *Ver ANPOCS*	desenvolvimento da Antropologia e o intercâmbio de ideias

ANPUH – Assoc. Nacional de História (antes: Assoc. Nacional de Prof. Universit. de História)	1961	Historiador@s Professor@s, alun@s,	Aberta, inclui Fórum específi-co da Pós	Ensino de história nas escolas
ANPOCS - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais	1977	Professor@s e alun@s ligados à Pós Graduação	Específica	Discussões interdisciplinar
ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação	1978	Professor@s e alun@s ligados a Pós-graduação	Específica	desenvolvimento da educação no Brasil e pesquisa na área
ANPOF – Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia	1983	Professor@s em geral e alun@s	Específica, mas muito aberta	Pesquisas e Projeto ANPOF Ensino Médio
ANPAP - Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas	1987	Pesquisador@s, instituições, centros, artistas	Aberta? Incluí Pós	Abrangência de pesquisa e atuação em torno das artes
ANPPOM_Associação Nacional de Pesquisa e Pós- graduação em Música	1988	Professor@s e alun@s ligados a Pós-graduação	Específica	Pesquisa em nível de pós-graduação,
ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical	1991	Pesquisador@s, Educador@s	Aberta	Pesquisa e ensino de música nas escolas
ABHO - Associação Brasileira de História Oral	1994	Pesquisador@s em geral, professor@s	Aberta, Interdisciplinar	Voltada para pesquisa da história oral
ABRACE- Associação Brasileira de Pesquisa e pós-graduação em Artes Cênicas	1998	Pesquisador@s e artistas em geral	Específica, mas com várias interfaces	Proposta cientifica artística, educativa e pesquisa acadêmica
ABET- Associação Brasileira de Etnomusicologia	2001 (1993)	Etnomusicólog@s pesquisador@s	Aberta, forte Presença da pós	Trabalho com etnomusicologia
ANDA - Associação Nacional de Pesquisadores em Dança	2008	Pesquisador@s, instituições, artistas	Aberta, com ênfase na Pós	Desenvolver e divulgar pesquisas
ABCM - Associação Brasileira de Cognição e Artes Musicais	2011 (2006?)	Pesquisador@s, professor@s,	Aberta	Cognição em diálogo interdisciplinar
ABRAPEM – Associa. Brasileira de Performance Musical	2012	Performers, alun@s professor@s, músicos em geral	Aberta	Performance, pesquisa e ensino da performance musical
TeMA –Associação Brasileira de Teoria e Análise	2014	Compositor@s, professor@s,alun@s	(sem informações)	Campos teóricos da pesquisa musical
ABMUS – Associa. Brasileira de Musicologia	2016	pesquisador@s	(sem informações)	Informações só no Facebook